

A CIDADANIA NA FORMAÇÃO INICIAL DOS FUTUROS PROFESSORES DE GEOGRAFIA: UM RELATO DA UFT E UNIFESSPA

CITIZENSHIP IN THE INITIAL TRAINING OF FUTURE GEOGRAPHY TEACHERS: A REPORT FROM UFT AND UNIFESSPA

LA CIUDADANÍA EN LA FORMACIÓN INICIAL DE LOS FUTUROS PROFESORES DE GEOGRAFÍA: UN INFORME DE LA UFT Y UNIFESSPA

Dionel Barbosa Ferreira Júnior

Mestre em Geografia, Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Porto Nacional (TO),
dioneljunior41@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8000-616X>

Roberto Souza Santos

Professor Doutor, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Tocantins (UFT) -Porto Nacional (TO), robertosantos@uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4373-6443>

Robson Alves dos Santos

Professor Doutor, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), robson.santos@ufcat.edu.br
<http://orcid.org/0000-0003-4467-8019>

RESUMO: O presente trabalho trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “A Cidadania na Formação Inicial dos Futuros Professores de Geografia: Um relato da UFT e Unifesspa”. As atenções se voltam para os futuros docentes de Geografia e sua formação inicial, trazendo a inquietude em saber: a) qual a concepção dos futuros professores de Geografia da Unifesspa, *campus* Marabá, e da UFT, *campus* Porto Nacional, sobre cidadania?; b) os respectivos cursos de licenciatura formam professores na perspectiva de formação cidadã?; c) Como se dá a formação inicial desses sujeitos perante as transformações no mundo contemporâneo?; d) de que maneira a Geografia contribui para a formação cidadã? Para a realização desta pesquisa, foram considerados alguns procedimentos com base nos objetivos propostos. As metodologias utilizadas foram: 1º) pesquisa e levantamento bibliográfico; 2º) análise documental do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de licenciatura em Geografia da Unifesspa e da UFT; 3º) elaboração e aplicação de questionários e por fim, 4º) discussões dos resultados obtidos após coleta de dados por meio dos questionários respondidos. A Geografia apresenta-se como um campo do conhecimento que auxilia o jovem educando no entendimento da sua realidade e na busca por mudanças, podendo atuar politicamente na construção de uma sociedade mais justa. Assim, faz-se necessário desde a formação inicial de professores de Geografia construir conhecimentos transformadores capazes de contribuir no exercício de uma Geografia escolar e na promoção de práticas cidadãs.

Palavras-chave: Cidadania, Ensino de Geografia, Formação de Professores Geografia.

ABSTRACT: This work is an excerpt from the master's thesis entitled “Citizenship in the Initial Training of Future Geography Teachers: A report from UFT and Unifesspa”. Attention turns to future Geography teachers and their initial training, raising concerns about: a) what is the conception of future Geography teachers at Unifesspa, Marabá campus, and UFT, Porto Nacional campus, about citizenship?; b) Do the respective degree courses train teachers from the perspective of citizenship training?; c) How does the initial training of these subjects take place in the face of transformations in the contemporary world?; d) How does Geography contribute to citizenship formation? To carry out this research, some procedures were considered based on the proposed objectives. The methodologies used were: 1st) research and bibliographic survey; 2nd) documentary analysis of the Pedagogical Course Project (PPC) for a degree in Geography at Unifesspa and UFT; 3rd) preparation and application of questionnaires and finally, 4th) discussions of the results obtained after the data collected through the completed questionnaires. Geography must be presented as a tool that will help young students understand their reality and seek changes, being able to act politically in the construction of a fairer society. Therefore, it is necessary from the initial training of Geography teachers to build transformative knowledge capable of contributing to the exercise of school Geography and the promotion of civic practices.

Keywords: Citizenship, Geography Teaching, Teacher Training.

RESUMEN: Este trabajo es un extracto de la tesis de maestría titulada “La ciudadanía en la formación inicial de los futuros profesores de Geografía: un informe de la UFT y la Unifesspa”. La atención se centra en los futuros profesores de Geografía y su formación inicial, generando preocupaciones sobre: a) ¿cuál es la concepción de los futuros profesores de Geografía de la Unifesspa, campus de Marabá, y de la UFT, campus de Porto Nacional, sobre la ciudadanía?; b) ¿Las respectivas carreras forman docentes desde la perspectiva de la formación ciudadana?; c) ¿Cómo se produce la formación inicial de estos sujetos ante las transformaciones del mundo contemporáneo?; d) ¿Cómo contribuye la Geografía a la formación de ciudadanía? Para realizar esta investigación se consideraron algunos procedimientos en base a los objetivos propuestos. Las metodologías utilizadas fueron: 1º) investigación y levantamiento bibliográfico; 2º) análisis documental del Proyecto de Curso Pedagógico (PPC) de la carrera de Geografía de la Unifesspa y la UFT; 3º) elaboración y aplicación de cuestionarios y finalmente, 4º) discusiones de los resultados obtenidos tras la recogida de datos a través de los cuestionarios cumplimentados. La geografía debe presentarse como una herramienta que ayudará a los jóvenes estudiantes a comprender su realidad y buscar cambios, pudiendo actuar políticamente en la construcción de una sociedad más justa social. Por tanto, es necesario desde la formación inicial de los profesores de Geografía construir conocimientos transformadores capaces de contribuir al ejercicio de la Geografía escolar y a la promoción de prácticas cívicas.

Palabras clave: Ciudadanía, Enseñanza de Geografía, Formación de Profesores.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos imersos em uma sociedade capitalista e cada vez mais globalizada que transforma os diferentes contextos, desde dimensões sociais, ambientais, políticas, econômicas, culturais e educacionais. Um componente considerado indispensável para viver no cenário da sociedade atual é a *ciudadania*, uma vez que esta fundamenta a noção dos direitos universais do ser humano. Na esfera educacional, por exemplo, perpassa contínuas tensões, visto a sua importância para o mundo contemporâneo uma vez que propicia o desenvolvimento do ser humano e amplia as oportunidades dos indivíduos. Diante dessas questões presentes na sociedade atual, os professores têm um papel importante na mediação construção do conhecimento com os alunos, instigando-os a exercer práticas cidadãs e pensar de maneira crítico-reflexiva acerca da realidade vivida.

Conforme Cunha (2013, p. 611), “O professor se faz professor em uma instituição cultural e humana, depositária de valores e expectativas de uma determinada sociedade, compreendida em um tempo histórico”. Hall (1997) elucida, por meio de sua obra *Identidades culturais na pós-modernidade*, as mudanças e transformações ideológicas com fluidez e velocidade na sociedade ao longo dos tempos, explanando ainda as “fragmentações” dos sujeitos, desde paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Tais modificações trazem consigo novas formas de pensamentos e comportamentos advindos dos indivíduos que fazem parte da sociedade.

Neste cenário, a ciência geográfica assume um papel importante na formação da consciência espacial-cidadã, em que os sujeitos aprendem a ser solidários, a conviver e a respeitar povos de outra etnia e cultura, assim, tornando-se seres pensantes. Assim, com ausência da atuação da cidadania, a população tende a ser informada pela mídia, esta capaz de influenciar e construir a opinião pública a seu favor; dessa forma, é importante a atuação mais efetiva por parte dos cidadãos, pois, assim, ele compreenderá a realidade política e as demais causas sociais. Nas discussões que envolvem o ensino de Geografia, a cidadania insere-se sendo amplamente debatida na atualidade, com o intuito de promover, construir e desenvolver, nos alunos, o pensamento crítico acerca dos acontecimentos socioespaciais de sua(s) realidade(s).

O documento da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional/LDB) menciona, em seu Art. 22, que “[...] a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a partir desse cenário, problematiza-se nesta pesquisa a respeito da cidadania na formação inicial (graduação) dos professores de Geografia.

As atenções se voltam para os futuros docentes de Geografia e sua formação inicial, trazendo a inquietude em saber: a) qual a concepção dos futuros professores de Geografia da Unifesspa, *campus Marabá*, e da UFT, *campus Porto Nacional*, sobre cidadania?; b) Os respectivos cursos de licenciatura formam professores na perspectiva de formação cidadã?; c) Como se dá a formação inicial desses sujeitos perante as transformações no mundo contemporâneo?; d) De que maneira a Geografia contribui para a formação cidadã? Desse modo, o objetivo da pesquisa é investigar a formação inicial dos licenciandos do último semestre em Geografia da Unifesspa (*campus Marabá*) e da UFT (*campus Porto Nacional*) sobre cidadania.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa, foram considerados alguns procedimentos com base nos objetivos propostos. As metodologias utilizadas foram: A) pesquisa e levantamento bibliográfico; B) análise documental do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de licenciatura em Geografia da Unifesspa e da UFT; C) elaboração e aplicação de questionários e, por fim, D) discussões dos resultados obtidos após os dados coletados por meio dos questionários respondidos.

O referencial teórico partiu de um levantamento bibliográfico de temas como “Cidadania na Educação Geográfica e a Formação de professores em Geografia”, explorado em plataformas digitais como revistas para pesquisa de artigos, bancos de dissertações e teses, dialogando com autores como: Callai (2001, 2014, 2015, 2018); Cavalcanti (2006, 2008, 2010, 2019, 2020); Farias (2021); Nogueira e Carneiro (2013); Tardif (2014); Santos (1996, 2002, 2014) e Vallerius (2018, 2022). Em seguida, se deu a investigação documental do PPC, na qual foram analisadas as ementas, os objetivos e as referências das disciplinas presentes nos cursos de licenciatura em Geografia das Unifesspa e da UFT que auxiliam e contribuem na formação dos discentes e futuros professores de Geografia na perspectiva da cidadania.

Posteriormente foi elaborado um questionário semiestruturado aos discentes das turmas 2018 dos cursos de licenciatura em Geografia das referidas universidades (Unifesspa e UFT),

abordando questões sobre *o que pensam a respeito da temática da cidadania e sobre a formação que tiveram na graduação*. Diante do cenário de pandemia, alguns questionários foram respondidos presencialmente de forma impressa, outros, através do *link* gerado na plataforma do *Google Forms*, que auxiliou na construção dos gráficos.

Por fim, por meio das respostas obtidas pelos questionários, foi possível apresentar os dados empíricos coletados na pesquisa, viabilizando a construção de gráficos e quadros, transcorridos em textos que representam as falas dos discentes, do qual se obteve 11 respostas dos alunos da UFT e 19 dos discentes Unifesspa. Abaixo (figura 1), observa-se a localização das Universidades em questão.

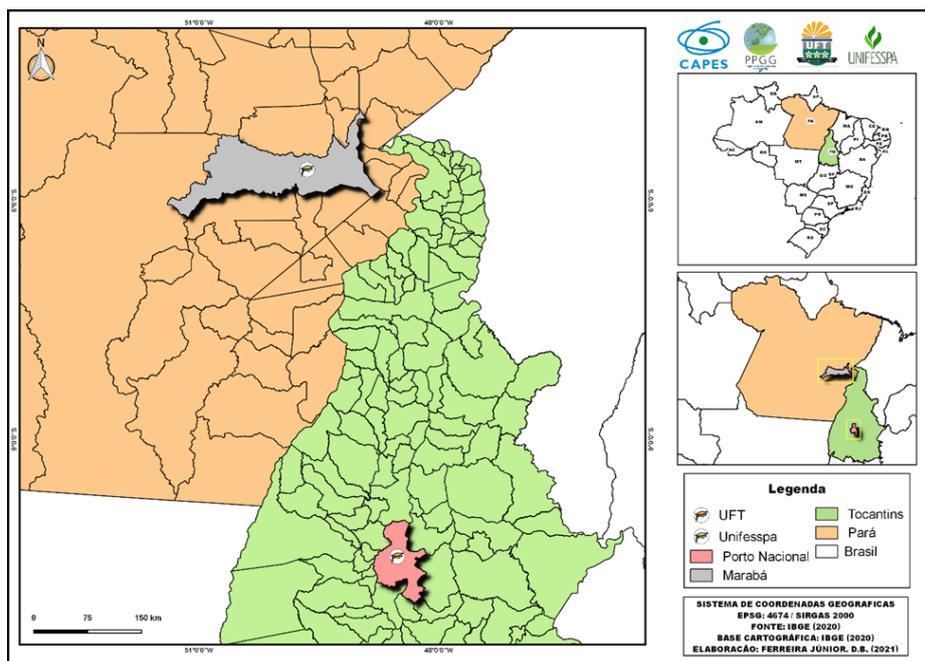


Figura 1 - Mapa de localização das instituições *lócus* da pesquisa. Fonte: Organizado pelo autor (2021)

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Cidadania na Educação Geográfica

A necessidade de entender melhor a sociedade e a natureza, fizeram com que a Geografia se tornasse um campo do conhecimento necessário aos currículos da Geografia escolar, pelo fato de constituir-se, como uma ciência que estuda e analisa o espaço e as transformações produzidas pela sociedade. Assim, a análise da Geografia na educação brasileira propicia uma melhor compreensão dos processos de transformações da sociedade e construção da cidadania.

Nesta pesquisa, tomaremos como base o conceito de cidadania desenvolvido por Milton Santos (2014) no qual ele destaca a importância da compreensão do espaço geográfico e da educação geográfica na construção da cidadania. Para o autor, as diversas configurações e organizações do espaço influenciam de forma direta na vida dos cidadãos como o acesso a direitos e serviços no exercício de uma democracia participativa. Para ele existe a necessidade de se repensar e transformar o espaço geográfico com o objetivo de promover uma cidadania ativa e inclusiva.

Santos (2014) define a cidadania como a capacidade dos sujeitos e das pessoas de participarem de forma ativa na vida da cidade e do Estado de forma plena, desfrutando dos direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. Ele enfatiza a importância da participação dos

indivíduos na tomada de decisões que afetam suas vidas no contexto de uma sociedade cada vez mais capitalista e globalizada.

Na perspectiva da educação geográfica, para Cavalcanti:

[...] cidadania está ligada à participação da vida coletiva incluindo reivindicações de inclusão social, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida e de sobrevivência. Trata-se de uma noção de cidadania que “exercita o direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública, destacando-se sua dimensão territorial, formulada, conforme mencionado anteriormente, em termos de direito à cidade, direito ao usufruto da cidade, direito a habitar a cidade (que não significa consumir, mas viver a cidade). (Cavalcanti, 2014, p. 05).

Ao traçarmos um breve recorte da história da Geografia como ciência e disciplina escolar, podemos afirmar que até o final do século XIX, o conhecimento geográfico ensinado nos estabelecimentos educacionais existentes no Brasil, não estava organizado a ponto de se constituir uma disciplina escolar específica. Conteúdos como os de Geografia eram ensinados concomitantes a outras disciplinas, tais como o latim e o grego.

A partir do início do século XX, esta realidade começaria a mudar devido a uma série de fatores que se desencadeariam após a década de 1930 e acarretariam a formação de uma Geografia com caráter científico no Brasil, que efetiva-se a partir da década de 1930, sendo esta, marcada por grandes mudanças na recém chegada ciência geográfica no Brasil. Moraes (1999, p. 171) salienta que foi nesta década que houve a “[...] armação de um aparato institucional dedicado a essa disciplina[...]”. O mesmo autor ainda destaca alguns fatores que contribuíram para a institucionalização da Geografia na década de 1930, como: a) a normatização, a nível nacional, da disciplina no ensino básico de vários Estados; b) o surgimento dos cursos universitários de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1934 e 1935, respectivamente; c) a fundação, em 1934, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); d) a criação do Conselho Nacional de Geografia, pelo Estado em 1937; e e) a criação, em 1939, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse período, o ensino de Geografia no território brasileiro, vinculava-se aos anseios e objetivos criados pelo e para o Estado, ao servir na qualidade de instrumento pedagógico e político no intuito de auxiliar, construir e desenvolver uma identidade nacional, e assim, expor uma imagem de respeito e amor pelo Brasil que evidencie e imponha aos alunos uma necessidade de luta e valorização seu próprio País. Rocha (1996, p. 247) reforça tal discussão a partir de sua análise da trajetória da Geografia escolar no currículo, salientando as obrigações do ensino escolar a partir da década de 1930 ao afirmar que “[...] temos a obrigatoriedade do ensino de Geografia em todas as séries de escolarização, paralelamente a uma exacerbação da função ideológica dessa disciplina (difundir a ideologia do nacionalismo patriótico)”.

Em síntese, por representar e fortalecer a ideologia daquele momento, logo a Geografia se tornou componente curricular essencial. O ensino de Geografia nesse período foi fortemente marcado por uma corrente teórica, caracterizada pelas descrições de elementos da paisagem, sem aprofundamento e relevância nas relações culturais, sociais, econômicas e políticas. Nas palavras de Vlach:

O ensino de geografia (limitamo-nos a ele), ao caracterizar-se pela ênfase dada à descrição do quadro natural da nação, devidamente mapeado e, cujos recursos (principalmente os minerais) eram enaltecidos, produzia uma imagem “instantânea” da pátria, entendida como terra, ainda que a presença dos homens (mas não das classes sociais) também fosse considerada (VLACH, 1988, p. 66).

A partir do fragmento anterior, extraído da sua dissertação, Vlach (2004) esclarece ainda mais esse pressuposto ao afirmar que

A geografia [...] foi entendida [no processo de constituição das disciplinas escolares no Brasil] como ferramenta poderosa da educação do povo. De um lado, porque fazia do território brasileiro o elemento central de seu conteúdo, porque sua descrição valorizava sua dimensão, suas riquezas, sua beleza; de outro, porque a ideia de território por ela veiculada permitia a substituição do sujeito pelo objeto. Em outras palavras: a ideia de território dissimulou as ações concretas dos líderes (políticos, intelectuais etc.) que conduziam, de “cima para baixo”, a construção da nação e do cidadão para consolidar o Estado brasileiro, dissimulando mesmo o fato de que o estado construía a nação brasileira (VLACH, 2004, p. 195).

Após esse período de reafirmação do Estado brasileiro e um novo quadro de político-social, ganha força o chamado “Movimento de Renovação da Geografia brasileira” a partir da década de 1980. Nesse cenário, surgem questionamentos em relação a teorias, metodologias e práticas no ensino de Geografia na educação básica, fortemente marcado pelo enciclopedismo (CAVALCANTI, 2019). Assim, ampliam-se os debates acadêmicos e cada vez mais se busca consolidar uma nova corrente geográfica: a crítica. Esta, segundo Moraes (1999, p. 25), “[...] baseada a favor do debate e da transformação da realidade [...]”, ou seja, comprometida com as questões sociais, sendo fundamental na função de explicitar as diferenças socioespaciais e contribuindo nas denúncias advindas das desigualdades e contradições na sociedade.

Farias (2021) conceitualiza a Geografia Crítica por meio da sua abordagem centrada no âmbito socioespacial, marcado pelo enfoque “[...] político de emancipação e libertação humana [...]” em seguimento a uma leitura geográfica capaz de sensibilizar e conscientizar sobre a realidade. Com essa renovação no cenário do Ensino de Geografia, Nogueira e Carneiro (2013) dissertam que

Esse movimento de renovação da Geografia escolar, especialmente nas décadas de 1980 - 1990, vem-se refletindo em práticas que têm por objetivo a formação da consciência espacial dos educandos – uma formação para a cidadania crítico-participativa, voltada aos ambientes de vivência, ao cotidiano socioespacial. (NOGUEIRA E CARNEIRO, 2013, p. 15).

Com o movimento de renovação da Geografia escolar, Cavalcanti (2010) apresenta novos modelos de abordagens sugeridas e metas relevantes para ensinar por meio da Geografia, enfatizando a temática de contribuição efetiva à formação cidadã, assunto sobre o qual ela sugere:

[...] consideração da participação cidadã, ao abordar na escola temas da gestão coletiva dos espaços, identificando problemas e propondo caminhos para resolvê-los. Esse eixo de trabalho no ensino pode ser articulado aos estudos e reflexões que abordam questões teórico-filosóficas sobre o papel da Geografia na formação básica (CAVALCANTI, 2010, p. 25).

Sendo assim, levanta-se o seguinte questionamento: seria a Educação Geográfica um objeto de análise capaz de auxiliar na construção da cidadania? A Geografia é um importante elemento de transformação social, e busca pela cidadania ao promover, por meio de seus conteúdos, discussões que cabem no cotidiano dos alunos quando estimuladas e aguçadas. Nas palavras de Castellar e Vilhena (2010), a Educação Geográfica tem a sua devida contribuição ao trazer como abordagens e questões de cunho social e cultural, o que se transfigura nas interações sociais.

Callai (2001) afirma que a Geografia é, por excelência, uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que entenda e desenvolva um pensamento crítico-reflexivo, concedendo-lhe maneiras de ter condições de construir a cidadania, sobretudo pelos temas que são trabalhados na disciplina. Para a autora “A formação cidadã se constitui no elo que dá significado ao ensino da geografia, no sentido de que o aluno compreenda o mundo da vida e seja capaz de produzir o conhecimento como sujeito que tem identidade e pertencimento ao mundo que é global” (CALLAI, 2018, p. 27).

Dessa maneira, ao trabalharmos a Geografia, devemos pensar nessa ciência enquanto transformadora da leitura e da interpretação do mundo em que os sujeitos se inserem, considerando a formação cidadã de maneira crítico-participativa, contextualizando a educação geográfica na perspectiva cidadã. Santos (2014) já alertava a respeito do “eleitor não cidadão”, cujo papel se esgotava no momento do voto, ausentando-se em outros momentos de participação. Esse é um processo que perpetua ao longo dos anos e que pode ser trabalhado no âmbito escolar, pois a cidadania não se limita a quem vota e corrobora a formação dos cidadãos a partir dos espaços escolares. Nesse sentido, Cavalcanti (2006) reitera a escola como espaço fundamental na/para a formação do aluno:

Cabe, então, a escola assegurar a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã de seus alunos, estabelecendo uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações. É seu papel formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea. Articular objetos convencionais: construção do conhecimento, desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, formação de qualidades morais e éticas às exigências da sociedade comunicacional informalizada e globalizada: maior competência reflexiva, interação crítica com as mídias e conjunção da escola com outros universos culturais, capacidade de diálogo e comunicação, preservação ambiental (CAVALCANTI, 2006, p. 17).

O estudante, quando inserido no espaço escolar, traz em sua vivência a inserção social mediante o seu convívio em espaços e contextos sociais diversos em que compartilha experiências, seja no âmbito familiar, religioso, social, dentre outros. Assim, é a partir dessas experiências que a percepção de mundo se constrói, como descreve Dayrell (2003): “[...] é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformando em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém (p. 43-44).”

A Geografia e os saberes geográficos estão inseridos em todos os lugares, uma vez que os estudantes podem compreender a partir de seus processos cognitivos, por meio das relações de sociabilidade no espaço geográfico, de modo que explore, observe e progrida na consciência espacial cidadã. Como reforça Vesentini (1992, p. 11), na influência da Geografia escolar para a formação de cidadãos, desde que os alunos possam conhecer “[...] de maneira científica e crítica a realidade onde vivem e ajam no sentido de transformá-la”. No ensino de Geografia, deparamo-nos constantemente com desafios, como apontado por Lache (2012):

O desafio para o ensino de geografia é aproximar o estudante da sua realidade espacial real e concreta, mediante propostas metodológicas que não somente o permitam categorizar desde o saber científico as características que encontra em seu espaço geográfico específico. É necessário que o ensino de geografia recorra também aos saberes que se encontram fora da escola, como um complemento ou como um fator essencial nos currículos e nas propostas didáticas para a aprendizagem da geografia e de sua essência de estudo: o espaço social (LACHE, 2012, p. 116).

A educação geográfica, na formação cidadã dos estudantes na contemporaneidade, comprova-nos desafios, caminhos, reflexões e alternativas que se alinham à compreensão da realidade e à busca da cidadania. Fuente (2022), em seu artigo *Contribuições do ensino de Geografia na construção da cidadania*, frisa possibilidades e maneiras de trabalhar a cidadania em sala de aula, enquanto professor, desde debates em sala de aula, rodas de conversa, aulas expositivas dialogadas e júri simulado¹. O autor destaca:

A Geografia como ciência que contempla a formação para a cidadania, quando potencializa e possibilita uma percepção espacial crítica na formação dos sujeitos das classes populares, o que auxilia para proporcionar-lhes uma assimilação ampliada e consciente em relação à organização da vida em sociedade (FUENTE, 2022, p. 198).

Assim como Cavalcanti (2019) tem a formação do cidadão como “meta relevante”, Braga (2018), em sua tese de doutorado, propôs repensar a necessidade de refletir sobre a formação de professores de Geografia — sobretudo mais propositivos no âmbito escolar — a fim de desenvolver um pensamento crítico além de formações iniciais para uma Geografia Cidadã ou uma geografização da cidadania nos currículos, tanto na esfera acadêmica, como na Geografia escolar. Para tanto, algumas proposições foram desenvolvidas, conforme mostra a figura 2 a seguir.

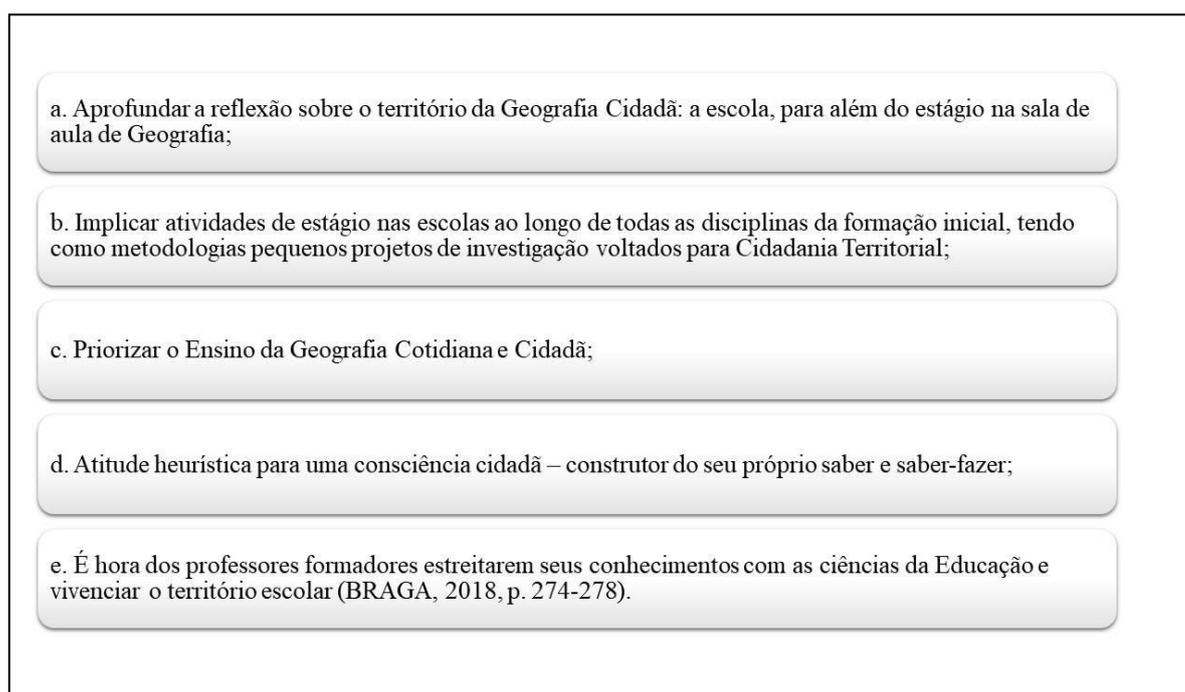


Figura 2 - Proposições da Cidadania na Universidade – Escola Fonte: Adaptado de Braga (2018).

¹ Júri simulado é uma proposta didático-pedagógica que permite aos participantes simularem um tribunal judiciário para arguirm acerca de uma determinada situação (VEIGA e FONSECA, 2018). A estratégia de um júri simulado leva em consideração a possibilidade da realização de inúmeras operações de pensamento, como: defesa de ideias, argumentação, julgamento, tomada de decisão etc. Sua preparação é de intensa mobilização, pois, além de ativar a busca do conteúdo em si, [...] oportunizam um envolvimento de todos para além da sala de aula. [...] Essa estratégia envolve todos os momentos de construção do conhecimento, da mobilização à síntese, pela sua característica de possibilitar o envolvimento de um número elevado de estudantes (ANASTASIOU e ALVES 2012).

Nesse sentido, a Geografia tem como proposta, a partir das práticas mediadas pelo professor, levar os estudantes a pensarem com autonomia em sua postura de cidadãos, ou seja, sujeitos pensantes e protagonistas. Reconhecemos, por meio das discussões, o potencial e a importância da Geografia para a difusão da cidadania, o que recai, nesse momento, na responsabilidade para os professores de Geografia. Vallerius e Santos (2018, p. 74) detalham que “O professor de Geografia deve apropriar-se de sua condição de docente e de sua responsabilidade em auxiliar na formação de mais do que alunos, formando cidadãos”. Vallerius et al (2022, p. 24) destacam:

[...] no âmbito da formação de professores de Geografia, por tanto, a dimensão cidadã se mostra como um elemento relevante e que deve estar na pauta dos cursos de formação de professores e de todos que contribuem para a sua efetivação. Formar um professor de Geografia com um viés cidadão em seu delinear identitário implica em ofertar condições, estratégias, instrumentos e possibilidades para que os futuros professores exerçam uma prática docente capaz de incentivar e colaborar a participação ativa dos sujeitos enquanto agentes sociais (VALLERIUS et al, 2022, p. 24).

A partir dessa discussão, cabe realçar a importância de se inserir a cidadania também nos debates atuais e futuros sobre formação de professores, desde o período de formação inicial até a continuada, articulando para uma prática cidadã, uma vez que os educandos são essenciais na mediação da construção e desenvolvimento dos seus alunos. Além disso, corrobora o processo de leitura do mundo, sobretudo “[...] para raciocinar geograficamente sobre distintas situações que contribuam para que os sujeitos construam seus conhecimentos, sua emancipação e consciência enquanto cidadãos que vivem em uma sociedade profundamente desigual” (LAUERMANN, 2022, p. 218).

Seguindo essa perspectiva da formação inicial dos professores, debateremos, no tópico a seguir, sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Licenciatura em Geografia das instituições UFT e Unifesspa, além das falas dos discentes que responderem o questionário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análises e proposições do PPC das Licenciaturas em Geografia - UFT e Unifesspa –a partir da temática cidadã

Sobre o PPC, aponta a LDB que [...] é de responsabilidade de cada instituição educativa a construção e execução de seu projeto pedagógico. Na percepção de Anastasiou (2002):

[...] a construção do projeto pedagógico, tem um espaço para avaliar, refletir, manter ou alterar os rumos até então efetivados. Isto porque, se é projeto, indica definição de metas, objetivos e compromissos a serem assumidos por determinado período de tempo a ser projetado para o futuro, o que só pode ser feito a partir dos problemas e necessidades diagnosticadas no presente (ANASTASIOU, 2002, p. 179).

É mediante a estrutura que se propõem nos currículos, que se tem o intuito de definir o perfil do profissional da Geografia almejado para o futuro; assim, “[...] são as competências desejadas para o futuro professor de Geografia que devem orientar a escolha das disciplinas e a composição de suas ementas [...]” (LEÃO, 2008, p. 56). No ambiente educacional, as devidas instituições possuem seus objetivos e metas segundo a demanda e o que almeja cumprir com o seu ensino no tocante a uma escola ou a seus cursos, no caso de uma instituição acadêmica. Para

Santos (2013, p. 49), “um curso de formação deve não só formar profissionais em quantidade, mas também em qualidade, por meio de uma formação sólida e teórica que possibilite enfrentar os desafios e contradições que surgem em sua práxis”.

No caso da UFT, seu PPC estabelece que

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia (UFT, 2013, p. 21).

E, ainda, deverão ter como referencial “A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade” (UFT, 2013, p. 28).

A estrutura curricular do curso de licenciatura em Geografia da UFT é composta por 63 disciplinas, das quais 20 são optativas. No intuito de fazer uma análise a respeito da inserção da cidadania em ementa, nas referências e objetivos, identificamos 22 disciplinas com temas possíveis, conforme aponta o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Disciplinas ofertadas no curso de licenciatura em Geografia da UFT que abordam a cidadania em ementa, referência e objetivos. Fonte: Adaptado de UFT (2013).

Disciplinas	Ementa/Referências/Objetivos
Filosofia da Educação	Introdução à filosofia mediante sua caracterização em face de outras formas de conhecimento como o mito, o senso comum, a religião e a ciência.
Sociedade Cultura e História da Educação	Estudo dos conceitos de cultura focalizando a educação e a escola, suas funções e relações com a sociedade.
Geografia Política	Analisar a relação entre o social, o cultural, o econômico na transformação territorial; Examinar a importância do instrumental teórico da Geografia Política e Geopolítica para o ensino de geografia.
Política, Legislação e Organização da Educação Básica	Compreender e analisar com criticidade a educação enquanto processo histórico e social.
Geografia Agrária	Os movimentos sociais no campo e a luta pela terra.
Geografia da População	População, trabalho, cidadania e qualidade de vida.
Didática	Compreender a Didática como referencial teórico da pedagogia que possibilita ao profissional de educação uma visão multidimensional de sua prática.
Geografia Urbana	Problemas urbanos e o direito à cidade. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969, p. 9-29.
Estágio Supervisionado I	Levantamento sociocultural da escola e do entorno e a relação escola-comunidade.
Prática de Geografia no Ensino	CAVALCANTI, Lana S. Formação de

Fundamental	Professores: Concepções e Práticas em Geografia, Goiânia: Editora Vieira, 2006. CAVALCANTI, Lana S. Geografia, escola e construção de conhecimento. Campinas: Papirus, 1998.
Prática de Ensino e Diversidades	Desenvolver metodologias de aplicabilidade do Tema Transversal Pluralidade Cultural dos PCNs. A realidade brasileira e o ensino da Geografia. As diversidades regionais, culturais e econômico-sociais e o ensino da Geografia para a educação básica. Conhecer os recursos didáticos adequados para trabalhar o ensino de Geografia na educação básica frente às questões de gênero, raça, etnia, identidade, linguagem, religião e padrões culturais. Analisar situações concretas e significados que impedem a reformulação de visões preconceituosas a respeito dos segmentos étnico-raciais.
Geografia Cultural	Os estudos culturais e as perspectivas multiculturalistas no ensino de Geografia.
Libras	Ampliação de habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos socioeducacionais do indivíduo surdo.
Optativa – Natureza do Espaço	A contribuição de Milton Santos para o pensamento geográfico contemporâneo.
Optativa – Cultura Brasileira	Práticas sociais e representação da cultura brasileira: as manifestações populares de cultura enquanto resistências sociais.
Optativa – Ed. Especial e Inclusiva	Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo.
Optativa – Fundamentos da Ed. Ambiental	Construir, colaborativamente, conhecimento ambiental, de acordo com os princípios da Educação Ambiental.
Optativa – Geografia das Desigualdades	A dimensão social: da fome, da pobreza, das lutas e reivindicações no Brasil e no mundo pensadas em associação direta com a questão das identidades socioterritoriais, as relações de poder frente as dimensões do global e do local. SUPPLY, Eduardo Matarazzo. Renda de cidadania: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2006.
Optativa – Geografia da Religião	Compreender a relação entre a Geografia e a diversidade das religiões de cunho espiritualista.
Optativa – Relações étnico-raciais e afrodescendência	Avaliar situações de conflitos interétnicos e promover ações que incentivem a igualdade e o respeito à diversidade no contexto escolar.

Ao abordar temas de cunho social, que visam despertar o lado coletivo e humanizado dos discentes, insere-se a cidadania trabalhada em sala de aula. Aqui, acredita-se que seja possível construir caminhos para a promoção de uma educação cidadã a partir da Geografia. A educação

escolar, as diversidades e os distintos contextos são percorridos ao longo da grade curricular. O lado sociocultural é explorado de maneira contundente e se sobressai nas disciplinas ofertadas.

Disciplinas, como *Geografia Cultural; Cultura brasileira; Práticas de Ensino e Diversidades; Filosofia da Educação; Sociedade-Cultura e História da Educação* representam as diversidades regionais, culturais e econômico-sociais, o ensino da Geografia para a educação básica presente em solo brasileiro, além do pluralismo e multiculturalismo presentes nessas disciplinas que, explorados até de maneira interdisciplinar, podem agregar na formação cidadã dos sujeitos.

Essas diversidades transcendem o lado humano e buscam valorizar também o respeito à fé de todos, como na disciplina *Geografia da Religião* que, interligando-se com a ementa da *Filosofia da Educação*, valoriza outras formas de conhecimento, como o mito, o senso comum, a religião e a ciência. Ao relatar sobre a diversidade nos distintos contextos, aqui se incluem duas disciplinas: *Libras e Educação Especial e Inclusiva*, que têm em suas ementas: *As políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual e acessibilidade à escola e ao currículo*.

A cidadania se faz presente nas reivindicações e nos anseios dos povos do campo, que buscam o direito à terra e os demais bens de serviço para uma vida digna e coletiva. A disciplina de *Geografia Agrária* promove o entendimento dos movimentos sociais no campo e a luta pela terra. Nesse sentido, tal disciplina, promove a cidadania ao estudar a distribuição e organização do espaço rural, pois possibilita que comunidades locais compreendam melhor seus direitos, recursos e desafios, acarretando práticas cidadãs no espaço geográfico.

A disciplina *Natureza do Espaço* também se torna essencial para a formação cidadã, pois esta traz o resultado das interações complexas entre os aspectos naturais, como relevo, clima, recursos hídricos) e os aspectos humanos, como cultura, tecnologia, economia, aprofundando nas contribuições do pensamento miltoniano. Dentre as disciplinas da Geografia física, destacou-se nas discussões sobre cidadania a: *Fundamentos da Educação Ambiental*, que dispõem os seus princípios e ferramentas essenciais para que os alunos/cidadãos se tornem seres mais críticos, capazes de agir diante das suas responsabilidades perante a sociedade, além da formação da consciência socioambiental.

A formação de professores de Geografia na Unifesspa considera, em seu PPC, uma relação para com a Educação Básica e outros ambientes não escolares, tais como aldeias indígenas; assentamentos rurais; territórios de remanescentes quilombolas e de comunidades tradicionais; associações de bairros; conselhos, entre outros. A construção de seu PPC estabelece a orientação para a formação desse professor de geografia capaz de instruir alunos com leitura crítica sobre as dinâmicas espaciais locais, regionais e globais. O PPC do curso de Geografia da Unifesspa ainda aponta:

[...] o papel do licenciado em Geografia decorre da concepção de que sua formação intelectual está voltada à ampliação da(s) perspectiva(s) da(s) consciência(s) histórica(s) que orienta(m) o agir dos grupos sociais e territoriais no contexto dos conflitos e das diversidades social, cultural, territorial e ecológica que caracterizam o Sul e Sudeste do Pará, tendo como principais referências a justiça social (HARVEY, 1980), a justiça ambiental (ACSELRAD, 2009), a inclusão educacional (MITTLER, 2003), os direitos territoriais (ALMEIDA, 2010), a cidadania plena e as cidadanias insurgentes (HOLSTON, 2013). (UNIFESSPA, 2017, p. 17).

Nas análises realizadas, observou-se a relevância da estrutura do PPC através de suas abordagens acerca da cidadania. Do mesmo modo, atentamo-nos para discursos amplos que possibilitam a formação cidadã dos indivíduos; a partir disso, constatou-se nas disciplinas e no decorrer do documento a forma com que foi construído, prezando sempre questões de respeito

para com os povos da região amazônica, inserindo a diversidade e a inclusão como pautas dos debates teóricos. Como expõem o PPC:

[...] há a preocupação de formar profissionais da Geografia, atentos e preocupados com o processo de exclusão social, econômica e cultural, sendo assim, entende-se que é necessário realizar durante a formação inicial dos futuros professores de Geografia, debates e reflexões a partir de discussões teóricas e experiências práticas no contexto da exclusão, para isso, considera-se um leque de componentes curriculares que possibilitem o desenvolvimento de uma formação de professores inclusivos (UNIFESSPA, 2017, p. 54).

Portanto, ao longo do PPC a preocupação com a formação de licenciados em Geografia volta-se para a capacidade de considerar a diversidade social e a inclusão de pessoas com deficiência e da diversidade em toda sua extensão, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Disciplinas ofertadas no curso de licenciatura em Geografia da Unifesspa que abordam a cidadania. Fonte: Adaptado de Unifesspa (2017).

Disciplinas	Ementa/Referências
Estágio Docente I e II	NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. Educação geográfica e formação da consciência espacial cidadã. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
Estágio Docente III	3. A inclusão de Alunos(as) com Deficiência ou Transtornos em Classes Regulares da Educação Básica. 5. O Ensino de Geografia em ONGs voltadas para o Atendimento Educacional de Pessoas com Deficiência ou Transtorno.
Formação Territorial do Brasil	5. A luta das populações negras e povos indígenas na formação do território brasileiro.
Fundamentos da Ed. Especial	1. Deficiência e Discriminação. 2. Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial no mundo e no Brasil. 3. Da Declaração de Salamanca e a Educação Para Todos à Educação Especial na Legislação Brasileira. 4. A Inclusão dos alunos NEE à Sala de Aula. 5. Educação especial e os diferentes tipos de necessidades especiais (deficiências e transtornos). O Atendimento Educacional Especializado no Brasil. Acessibilidade e Tecnologias Assistivas.
Geografia Agrária	7. Diversidade e Inclusão no Campo: povos, territórios, saberes da terra e sustentabilidade.
Geografia da População	8. Diversidade Populacional: A participação da mulher, das LGBTT, do idoso, do indígena e do negro na sociedade brasileira.
Geografia Urbana	6. Acessibilidade e mobilidade Urbana / LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
Introdução ao Ensino de Geografia	NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. Educação geográfica e formação da consciência espacial cidadã. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
Prática Pedagógica em Geografia II	CAVALCANTI, L. C. Geografia, prática e ensino. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.
Política e Legislação Educacional	6. Legislação de inclusão escolar no Brasil. 7. Políticas de Cotas para o ensino superior.

Cartografia Social	GORAYEB, A.; MEIRELES, J. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Rede Mobilizadores, 10 fev. 2014.
Ensino de Geografia e a Cidade	3. Cidadania e o direito à cidade e a geografia escolar / CAVALCANTI. L. S. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas –SP. Papiros, 2008. CALLAI, H. C. (org.). Educação Geográfica: reflexão e prática. Unijuí-RS: Ed. Unijuí, 2011.
Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará	4. Os conflitos sociais no Sul do Pará: conflitos socioambientais e luta pela terra.
Geografia e os Movimentos Sociais na Amazônia	4. Formação dos movimentos sociais ligados ao direito à terra. Cartografia dos movimentos sociais no Sul e Sudeste Paraense.

Questões centrais se fizeram presentes nas ementas, como discussão sobre a *educação especial*: política e legislação educacional (5º período); fundamentos da educação especial (7º período); estágio docente III (7º período); libras (8º período). Compreendeu-se também de abordagens sobre a *questão racial*: formação territorial do Brasil (3º período); geografia da população (3º período); política e legislação educacional (5º período). Discussão sobre a *questão indígena*: formação territorial do Brasil (3º período); geografia da população (3º período); política e legislação educacional (5º período). Abordagem de temas sobre os *povos do campo*: geografia agrária (4º período). Discussão sobre a mulher e o idoso: geografia da população (3º período).

4.2 A cidadania nas vozes dos futuros professores de Geografia: as turmas do último período da UFT e Unifesspa.²

De acordo com Pinsky e Pinsky (2005), o próprio termo “cidadania” não é estático, pois tende a mudar de acordo com o tempo e o lugar. Assim sendo, procuramos compreender sobre as possibilidades de interpretações dos discentes em Geografia, no intuito de refletir e discutir as múltiplas percepções desses futuros professores da disciplina escolar. Enfatizamos, aqui, que em prol da preservação de identidade dos sujeitos que participaram desta pesquisa, nomeamos com duas letras alfabéticas (seguida de números) os discentes das instituições, sendo ‘A’ os que se referem à UFT e ‘B’ à Unifesspa. Nesse momento, aprofundamos no questionário algumas questões fundamentais acerca da perspectiva daquilo que os alunos entendiam pela palavra “cidadania”.

Propusemos, então, que os discentes *definissem o conceito de cidadania na sua própria concepção*. Diante disso, analisamos, selecionamos e agrupamos as falas conforme a presença de palavras-chave semelhantes. Foi possível perceber o uso contínuo da expressão “ter direitos e deveres”, como descrito nas respostas a seguir dos licenciandos em Geografia da UFT.

Conjunto de direitos e deveres para os indivíduos estipulados pelo Estado. A1
 Cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres. A2
 Ter o direito à vida, à liberdade. A3

² O ensaio apresenta falas transcritas de maneira fiel a linguagem dos discentes das instituições.

Na sequência, compartilhamos no mesmo critério anterior de palavras-chave, a fala dos discentes em Geografia da Unifesspa:

Cobrar e cumprir socialmente a partir dos seus direitos e deveres. B2
É o processo que sujeito exercem [sic] o seu direito e deveres na sociedade. B4
Na área social e a garantia dos direitos relativos à dignidade humana. B5
A capacidade de exercer os direitos, e a responsabilidade de cumprir os deveres. B7
Cidadania é o direito que todo cidadão deveriam [sic] gozar que estão dispostos na lei. B8
Acredito que seja o conjunto de direitos e deveres que as pessoas possuem. B9
Direito de exercer as leis garantidas pela constituição Federal. B10
Desfrutar de direitos. B14
Direitos e deveres. B17

Essa compreensão sobre cidadania é comumente definida por grande parte da sociedade, associando a ideia de posse de direitos, sejam eles sociais, civis ou políticos. A partir dessa concepção, Pinsky e Pinsky (2005, p. 9) enfatizam que, em solo brasileiro, “[...] ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar e ser votado, ter direitos políticos”. Exemplos estes (de direitos) que se fizeram presentes nas respostas explanadas anteriormente.

Em algumas respostas das falas de ambas as turmas, evidenciou-se uma compreensão de cidadania coletiva, voltada para o plural e a fim de atender às necessidades dos indivíduos de maneira geral. Dessa maneira, compreende-se nos discursos a presença dos direitos e deveres para a sociedade como pauta para as questões sociais. Primeiro, nas respostas transcritas dos discentes da UFT:

A cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade. A5
A cidadania é o bem em comum entre as pessoas, a procura da igualdade e direitos sociais para a sociedade de maneira geral. A8
A cidadania é aquilo que está inserida através de nossas relações sociais, grupos, pessoas que frequentam a universidade e todos da sociedade, de uma forma harmônica. A9

Posteriormente, foi possível identificá-las também nas definições de alguns alunos da Unifesspa:

Tenho como conceito de cidadania o conjunto de deveres e direitos na vivência em sociedade e cidade, acesso aos bens e serviços cabíveis ao indivíduo, assim como, aos deveres e leis. B6
É gozar de direitos iguais perante toda a sociedade. B12
Direitos e deveres construídos coletivamente. B13
Cidadania acredito que seja ter direitos e deveres em uma sociedade. B15

Em contrapartida, observou-se nas respostas dos discentes B16 e B18 uma abordagem um tanto quanto individualizada à respeito da cidadania, ao transcorrerem em suas falas uma percepção de si, não correlacionando ao coletivo/sociedade:

Poder exercer os seus direitos individuais livremente e participar das decisões do país, tanto no espaço político, quanto em outros. B16
Na minha concepção é exercer o meu direito de liberdade de escolher. B18

O entendimento do discente A8, a seguir, faz menção à democracia ao ligá-la diretamente com a cidadania, o que é importante, uma vez que ambas caminham em conjunto, uma sujeita à outra.

Penso que cidadania é a prática dos indivíduos que estão inseridos na sociedade, em relação aos seus direitos e deveres, o direito à liberdade e a expressão, o respeito à constituição, está relacionado a democracia. A8

Assim, é mediante a presença de uma democracia participativa, que se constrói e se propicia a inserção dos cidadãos perante as decisões que o Estado possa tomar, ou seja, uma forma de expressar a sua cidadania. (LAUERMANN, 2022). Pauta essa, que se insere na educação a partir do processo de redemocratização no cenário brasileiro. Na perspectiva de Coutinho (2008, p. 50), a democracia pode ser definida como a “[...] presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”.

Andreis e Copatti (2021, p. 224) enfatizam que, nesse momento, houve “[...] a possibilidade de se delinear políticas públicas educacionais numa perspectiva cidadã, lançando um olhar, pela primeira vez na história do país, sobre distintos contextos sociais, étnicos e culturais.”

Observamos em outras duas definições dos discentes B1, B11 e B19 (todos da Unifesspa) uma identificação, nas respostas, com a sua inserção em grupos de convívio (já citados no tópico anterior), como partidos políticos e movimentos sociais, que propiciam um pensar frente a causas, conforme os comentários a seguir.

Ter todos os direitos respeitados e exercê-los de forma consciente. B1
Onde eu exerço meus direitos e deveres como pessoa, uma forma de posicionamento social. B11
De modo breve, considero que cidadania se refere à capacidade e a consciência de viver em grupo discernindo os limites entre o individual e o coletivo. É fazer parte de uma sociedade com suas regras determinadas, geralmente isso ocorre na formação de estados nacionais e correlatos. B19

Ao analisarmos outras respostas dos discentes A4, A6, A7, A10, A11, vimos a definição de cidadania atrelada a frases como: necessidade de bens de serviço, acessos livremente, perceber a desigualdade, além dos direitos à vida e à liberdade.

Cidadania é poder ir e vir sem sofrer de maneira livre. A4
Cidadania é poder analisar e compreender de forma crítica as desigualdades, percebendo que há diferentes acesso à bens de serviço à população. A10
É ter acesso com qualidade e de maneira gratuita aos hospitais, escolas, parques, cedidos pelo estado. A11

Nas palavras de Saviani (2017, p. 654), o termo “cidadania” pode ser definido da seguinte forma:

O termo cidadania deriva de cidade, originando-se na “polis” grega e na “civitas” romana e remete para o espaço público e sua administração. Assim, como da palavra grega “polis” derivou “política”, da palavra latina “civitas” derivou “cidadania” cujo significado é, literalmente, governo da cidade e, por extensão, governo da sociedade.

O autor ainda dá continuidade, conceituando o “ser cidadão” como:

[...] ser capaz de governar ou de eleger os governantes e controlá-los. É ser sujeito de direitos e deveres, pois, como membro da sociedade cada indivíduo tem não apenas o direito, mas também o dever de participar de sua organização e de sua direção (SAVIANI, 2017, p. 654).

Dialogamos, assim, com a ideia de cidadão apontada por Cavalcanti (2008, p. 85), na qual ela define cidadão enquanto “[...] aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros.” Nas abordagens de Costella e Schäffer (2012, p. 14) a respeito da concepção e perspectivas de “cidadão”, “ser cidadão significa participar e lidar com segurança com a complexidade do mundo para intervir nele criativamente [...]”, considerando, ainda, as relações que se fazem presentes historicamente no desenvolvimento de cada ser humano.

No intuito de compreender o arcabouço teórico referente à cidadania na formação inicial desses discentes, questionou-se acerca dos textos e autores que já foram discutidos em sala de aula (na universidade). Nesse sentido, os alunos responderam a seguinte pergunta: “Até o presente momento, na graduação, você teve contato com leituras e/ou autores sobre cidadania? Diga quais”. Obteve-se apenas nome de autores citados pelos alunos. Dessa forma, elaboramos a partir das respostas uma “nuvem de palavras” reunindo esses autores mencionados pelos alunos de ambas as instituições, conforme mostra a figura a seguir.



Figura 3 - Autores citados ao longo do curso segundo os discentes. Fonte: Elaborado pelo autor com os dados coletados na pesquisa (2023).

A partir das análises, constatou-se a influência dos Geógrafos Milton Santos e Lana Cavalcanti presentes nas falas dos alunos de ambas as instituições. Os discentes da UFT responderam na seguinte sequência e quantidade de vezes os autores que relacionaram abordagem do tema cidadania – Milton Santos: 7; Lana Cavalcanti: 5; Paulo Freire: 2; Lefebvre: 2; Libâneo: 1, e não souberam informar: 2. Já em relação às respostas dos discentes da Unifesspa, obtivemos as seguintes citações – Milton Santos: 12; Lana Cavalcanti: 7; Lefebvre: 3; Jossé de Souza: 1; Josué de Castro: 1; Rogério Haesbaert: 1; Boaventura: 1; Frei Betto: 1; Raul Pont: 1, e não souberam informar: 11.

Nota-se a presença constante de Milton Santos nas duas turmas, mesmo que sejam de instituições diferentes, o que condiz com a relação das indagações anteriores sobre as definições de cidadão e cidadania, explanando assim a sua relevância frente às formações iniciais a respeito da cidadania nos cursos de Geografia. Outro ponto relevante, logo em seguida, é a frequência com que citaram Lanna Cavalcanti, importante autora para as temáticas que envolvem o ensino de Geografia, formação de professores, cidade e formação cidadã.

Os licenciandos da UFT ainda destacaram outros autores do campo da educação, mais especificamente da pedagogia, como Paulo Freire e José Carlos Libâneo; o primeiro sempre à frente de uma educação popular e transformadora para todos, interligando a educação e a cidadania enquanto uma relação dialética, tendo a consciência de que

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (FREIRE, 1995, p. 74).

Assim como Libâneo (2007, p. 21), que busca enfatizar a cidadania enquanto um dos três objetivos da escola: (1) “A preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional; (2) *formação para a cidadania crítica e participativa*; (3) formação ética”. Reforçando, assim, a necessidade de uma formação que propicie aos alunos a capacidade de ler e analisar criticamente a sociedade em que vive, além de valorizar uma educação “[...] voltada para a cidadania, para a formação de valores, para a valorização da vida humana em toda as suas dimensões”.

Outro autor citado por ambas as turmas foi o sociólogo francês Henri Lefebvre, abordado constantemente nas discussões que envolvem o espaço urbano, através de obras como: *A produção do espaço* (1974) e *O direito à cidade* (1968), temática essa que aborda a cidadania, correlacionada sobretudo no âmbito da Geografia urbana, usufruindo como objeto de estudo o espaço e a relação da sociedade para com ele. Ressalta-se a menção de Lefebvre pelos alunos uma vez que o direito à cidade está (in)diretamente relacionado à cidadania, na medida em que reivindica, segundo o autor, a justiça social e o direito à uma vida urbana que visa a garantir um desdobramento amplo de direitos, como o direito a trabalho, moradia digna, saneamento ambiental, saneamento básico, saúde, transporte público, lazer, informação e outros não citados.

Dessa maneira, o direito à cidade é fundamental para o exercício da cidadania (e vice-versa) e para a construção de uma sociedade igualitária e harmônica de convívio, relevante nas abordagens de ensino de Geografia. A cidadania, por ser discutida nos diversos âmbitos da sociedade, permeia também o campo da sociologia, como, por exemplo, nas obras de Jessé José Freire de Souza, mencionado três vezes pelos discentes da Unifesspa. O sociólogo, advogado, professor universitário, escritor e pesquisador brasileiro é conhecido por atuar nas discussões que tangem ao pensamento social brasileiro, com temáticas sobre a desigualdade e as classes sociais no Brasil contemporâneo.

O livro de sua autoria, denominado *A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*, tece uma análise das relações sociais e da não inclusão de uma parcela da sociedade, a da periferia.

Outro autor sociólogo citado foi Boaventura de Sousa Santos, que contribuía com suas reflexões e pensamentos acerca das temáticas de cunho social. Esse correlacionado a Milton Santos, que possuem concepções semelhantes, como cita Cerqueira Neto (2018, p. 70).

[...] são as abstrações e as metáforas como, a indignação, a injustiça, a religiosidade, a conscientização, os homens pobres, os lugares opacos, o lado

invisível, linha abissal encontrados em Boaventura de Sousa Santos e em Milton Santos que possuem uma enorme capacidade de provocar grandes transformações concretas no território quando afloradas pelo inconformismo intelectual, nos gritos dos excluídos ou na combinação de ambos (CERQUEIRA NETO, 2018, p. 70).

O que nos chamou a atenção (por ter participação na política), foi Josué de Castro, considerado ativista político brasileiro que, apesar de não ser geógrafo de formação (sua graduação era em medicina), tornou-se um dos maiores pensadores da Geografia, em virtude, principalmente, das obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, preocupando-se com questões de cunho social da população mais vulnerável. Raul Pont, também citado, foi um historiador e político brasileiro, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Foi líder estudantil, militante sindical, professor universitário que abordava, sobretudo, a respeito de uma democracia participativa, além de ter tido cargos no âmbito da política, enquanto deputado estadual, federal e prefeito de Porto Alegre, entre 1997 e 2001.

A menção dessas figuras da política pode estar atrelada às participações de alguns alunos da Unifesspa em grupos de movimentos sociais e partidários, uma vez que foram os mesmos a citarem tais autores. Rogério Haesbaert e Frei Betto foram outros lembrados nas citações dos alunos, durante ou em algum momento da graduação. O primeiro, renomado professor e pesquisador titular de Geografia na Universidade Federal Fluminense, atuando ao longo de sua trajetória nas áreas de Teoria da Geografia, Geografia Política e Cultural, sobretudo em temáticas e conceitos de território e desterritorialização, região, identidade e desarticulação regional, abordagens descoloniais na Geografia, desigualdade geográfica e diferenciação do espaço.

Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, é um escritor e religioso dominicano brasileiro e militante de movimentos pastorais e sociais, pautando suas palestras com temáticas de combate à fome e de esperança. Um fato que chamou a atenção, apesar das respostas, foram os 11 discentes da Unifesspa que *não souberam informar* possíveis autores relacionados à cidadania durante a graduação. O que nos permitiu compreender uma problemática presente, visto que, seja na literatura geográfica ou em outras fontes científicas, há autores que abordam sobre o tema, a não menção, expõem ainda uma fragilidade no arcabouço bibliográfico desses futuros professores de Geografia.

Após essa análise a partir dos autores mencionados, foi questionado aos discentes sobre *o que poderia ter sido diferente durante a graduação em licenciatura em Geografia a respeito da formação cidadã*. O propósito da pergunta era compreender as observações feita pelos alunos sobre o tema em seu percurso acadêmico, instigando-os a pensar se a cidadania se fez presente, ausente ou ainda entender caso haja possibilidades de mudanças que contribua com a temática. Primeiramente, observamos as respostas dos discentes da UFT, representada na figura a seguir.

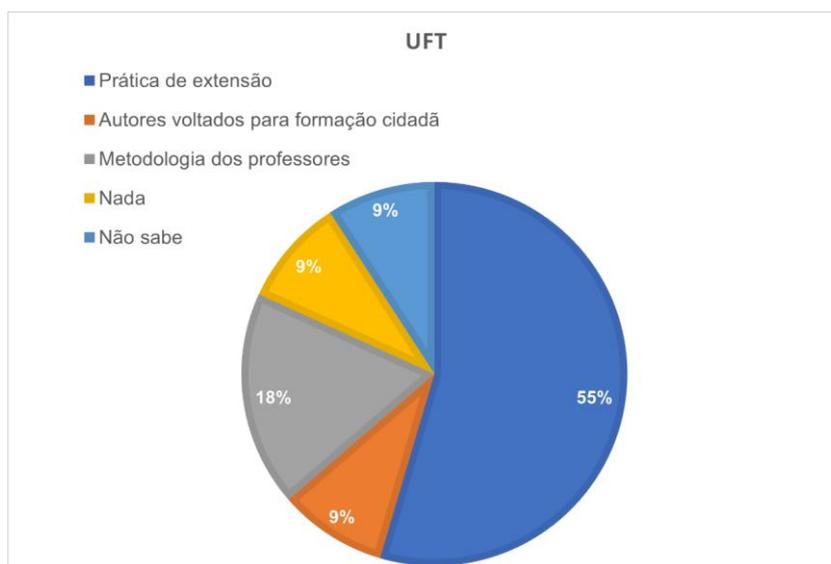


Figura 4 - O que poderia ter sido diferente durante a graduação em licenciatura em Geografia a respeito da formação cidadã segundo os discentes da UFT. Fonte: Elaborado pelo autor com os dados coletados na pesquisa (2023).

Em sua maioria, os discentes da UFT mencionaram, em suas respostas, a *prática de extensão* (55%) como a relação mais próxima das escolas para além dos estágios supervisionados e a correlação das leituras (teorias) na prática docente; seguida pela *metodologia dos professores* (18%), que consiste, segundo os licenciandos: em abordagens e temas mais contextualizados e não isolados com a realidade; as outras respostas consistiram em 9% para cada mencionada, como *autores voltados para a formação cidadã*; 9% relataram que não tinham o que mudar no curso, pois, segundo eles, “[...] as vivências na graduação foram boas a respeito da temática cidadã”; por fim, 9% *não souberam responder*.

Quanto aos alunos da Unifesspa, percebeu-se também semelhanças entre as respostas, conforme apresenta o gráfico a seguir.

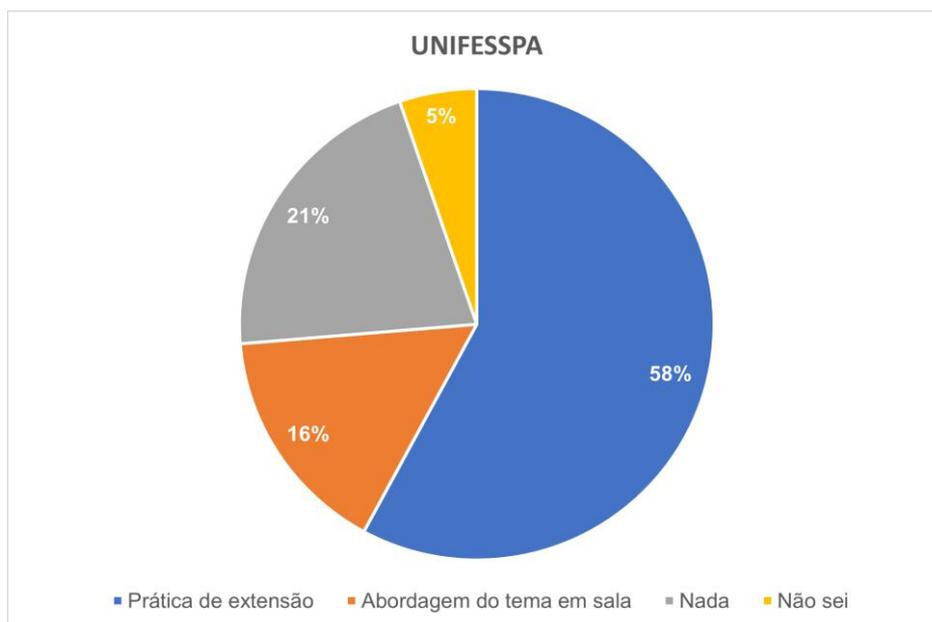


Figura 5 - O que poderia ter sido diferente durante a graduação em licenciatura em Geografia a respeito da formação cidadã segundo os discentes da Unifesspa. Fonte: Elaborado pelo autor com os dados coletados na pesquisa (2023).

Nas respostas apresentadas, identificou-se que 58% relataram a *prática de extensão* enquanto possibilidade de ser trabalhada na formação inicial na perspectiva cidadã para vivenciar, de fato, o âmbito que terão como docentes futuramente, como mencionado em uma fala, a possibilidade de “[...] ter participado efetivamente de projetos sociais na educação geográfica nas escolas.” Outros 21% responderam *nada*, em razão de que — segundo a fala de um dos alunos — “*sou uma cidadã muito melhor depois da faculdade, mais consciente e reflexiva*”.

Os 16% presentes no gráfico representam, segundo os alunos, a *abordagem do tema em sala de aula*, apresentada na fala de um aluno: “*Acredito que poderia ter feito mais leituras em relação à temática, também poderia ter lutado efetivamente por alguns direitos, poderia ter discutido mais sobre o tema nos momentos oportunos*”. Por fim, os 5% representam o “*não sei*” respondido pelos discentes. Ao comparar os gráficos, foi possível compreender, nas respostas dos alunos, a necessidade de ser inserido cada vez mais em sala de aula durante a formação inicial, o que para eles propicia uma formação cidadã, todavia, nos faz questionar de que maneira.

Nessa perspectiva de se ensinar sobre cidadania, os discentes, por fim, foram questionados em relação a sua formação inicial, ou seja, *se consideram-se aptos para formar cidadãos quando estiverem em sala de aula*; obteve-se uma resposta afirmativa de 9 (81,8%) dos discentes da UFT e de 17 (89,5%) da Unifesspa. Logo em seguida, foi solicitado a eles que dissertassem sobre a resposta, gerando as seguintes falas apresentadas no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - Falas afirmativas dos discentes de Geografia da UFT e da Unifesspa. Fonte: Elaborado pelo autor com os dados coletados na pesquisa (2023).

UFT	UNIFESSPA
Sim. Através de leituras nas aulas da graduação, posso trabalhar o assunto com os alunos, além de pesquisar por outros textos e autores. A1	Sim, a cada dia, plantando a conscientização a partir de temas polêmicos ou não. B1
Sim, pois a formação da universidade ajuda os alunos que vão ser professores em breve. A3	Sim, pois vejo responsabilidade em partilhar conhecimentos acadêmicos sobre a respeito da cidadania. Sendo assim, necessário e contribuinte para a nossa sociedade. B2
Acredito que com um material didático certo, possamos conseguir. A4	Geograficamente, o estudo da cidadania contribui para o estudante compreender as relações do funcionamento de uma sociedade. B3
Porque a educação é um instrumento valioso de formação. A6	Pelas oportunidades que a universidade me proporcionou dentro da sala de aula e nas experiências fora do campus, em outros espaços. B4

<p>Acredito que a formação recebida até o momento é o suficiente para formar outros cidadãos. A7</p>	<p>Acho que para além de tudo está a responsabilidade de exercer o papel de professor, enquanto mediador da produção do conhecimento. B5</p>
<p>Sim, pois tivemos ao longo da graduação, professores críticos e reflexivos que nos ajudaram na formação de ideias e pensamentos. A8</p>	<p>Ensinar sobre cidadania e o espaço geografia, é algo que deve ser discutido em sala entre professor e aluno. B6</p>
<p>Os professores auxiliaram na formação, através de debates, leituras e interações críticas. A9</p>	<p>Sim. Considero-me apto a formar cidadãos porque tive uma boa formação na universidade e além disso fui bem-educado pelos meus pais. Quando decidi cursar licenciatura em geografia, tive justamente esse propósito: Formar cidadãos críticos. Percebo que através da educação é possível construir um futuro de de qualidade a todos os cidadãos. B7</p>
<p>A formação construída ao longo dos anos, teve o grande incentivo, preocupação e qualidade de ensino por parte dos professores de Geografia. A10</p>	<p>Pretendo levar aos alunos oportunidades de de aprendizado e reflexão do seu lugar no mundo. B8</p>
	<p>Com os ensinamentos teóricos e práticos aprendidos até aqui, sinto-me apto para tentar formar cidadãos, mas do que isso, acredito que um testemunho de uma vida exemplar cidadã, ensina mais do que meras palavras, por tanto, antes de ensinar o professor precisa ser exemplo de ótimo cidadão. B9</p>
	<p>Primeiramente, é importante ter em mente que é um grande desafio e compromisso enquanto professor(a) e que se faz necessário fixar essa ideia. E segundo, creio de suma importância ter essa base, possibilitando o fortalecimento desse compromisso em ter com meus alunos, motivando a superar os desafios que surgirão. B10</p>
	<p>antes mesmo do curso de geografia, já atuava conscientizando pessoas</p>

	sobre seus direitos e obrigações. B11
	Através das minhas aulas, pretendo conscientizar meus alunos de seus direitos e deveres na sociedade por meio do ensino de geografia. B12
	Acredito que estou em processo de construção, mas o pouco contato que já tive em sala de aula, me fez de certa forma ganhar uma confiança em relação a regência. B13
	De acordo com o que consegui absorver durante o período que estive na faculdade, posso repassar isso aos alunos em sala de aula, procurando sempre mostrar que a cidadania é muito importante. B14
	Acredito que minha graduação me preparou o suficiente para quando estes momento chegar. Além disso, o processo de ensino-aprendizagem se constrói juntos principalmente um assunto como este. B15
	Acredito que minha participação política e social ativa e minha formação acadêmica me permite ter a segurança e a capacidade necessária para debater, dialogar e organizar, construir e mediar reflexões, análises e aprendizagens dentro e fora da sala de aula. B16

Ao longo das respostas, observou-se a satisfação dos alunos para com a formação inicial nos cursos de Geografia, tanto os discentes da UFT como os discentes da Unifesspa. Em uma das falas, a discente A7, por exemplo, aponta que a sua formação inicial (graduação) contribui para que, posteriormente, enquanto docente, ela venha a debater e ensinar a pensar a partir da temática cidadã para seus futuros alunos. Assim como A8, que deu relevância ao caráter formativo dos professores de Geografia que teve nesse processo, uma vez que foram “[...] crítico-reflexivos [...]” e os ajudaram na construção de pensamentos e ideias de cunho social.

Na fala de B12, ele ressalta a sua atuação em sala de aula, afirmando, no texto, o que pretende: “[...] conscientizar meus alunos de seus direitos e deveres na sociedade por meio do ensino de Geografia”. O que nos mostra a preocupação dos futuros professores para com a formação dos alunos e cidadãos, atuantes e presentes nas diversas questões que os cercam. Em contrapartida, tivemos cinco alunos entre as duas turmas que não se sentem aptos acerca da formação cidadã de seus alunos em sala de aula. O que correspondeu a três alunos (15,8%) dos

discentes da Unifesspa e dois alunos (18,2%) da UFT. As falas se direcionam a não estarem preparados para essa importante atividade (de formar cidadãos), alegando, nos diálogos, o pouco convívio com a sala de aula, correlacionando assim, a momentos vivenciados nas escolas que não influenciaram na perspectiva de formação cidadã, como projetos de extensão e as próprias disciplinas de estágio docente (I, II e III).

A formação inicial do professor de Geografia é um momento de encontros e (re)encontros, de descobertas sobre a docência e o âmbito educacional, construindo novos olhares e concepções de formação humana e profissional. Dessa maneira, pensar a partir de uma educação cidadã torna-se importante em meio às transformações culturais, políticas e econômicas pelas quais a sociedade passa. Em síntese, é importante direcionar cada vez mais reflexões a respeito da qualidade na formação dos professores, uma vez que são elementares nas formações de futuros profissionais, seres humanos e cidadãos responsáveis capazes de viver pensando em uma sociedade coletiva e de bem em comum. No decorrer de uma formação, a identidade profissional se constrói em suas diversas dimensões, inclusive a cidadã.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensino de Geografia, é preciso ficar atento às reduções estereotipadas e não apenas “passar conteúdos”, mas, também, reforçar possibilidades de mediar e construir conhecimentos significativos junto aos estudantes e aos seus lugares de convívio, considerando os conhecimentos geográficos e a relação de vida dos sujeitos. Dessa maneira, a Educação Geográfica pode propiciar o processo de construção e/ou fortalecimento da cidadania ao discernir as diferenciações sociais, econômicas e culturais que dinamizam os espaços. É preciso manter-se ativo frente às modificações do mundo contemporâneo, sendo um cidadão consciente e participativo.

Constatou-se também o quão importante é a formação de professores, um caminho sempre a ser investigado e atualizado nos campos educacionais, de pesquisa e das práticas a serem aderidas no ensino. Foi possível observar as modificações e a inserção dos cursos de licenciatura e dos professores em leis como a LDB e as DCNs para a formação de professores. Entretanto, ainda é recorrente a desvalorização da profissão docente e as pesquisas são uma das formas de observar, investigar e reivindicar os direitos do fazer docente.

Outro ponto importante, em nossa pesquisa, foram os PPCs das instituições *lócus* de investigação, sendo este um dos elementos mais importantes para se pensar em uma formação de qualidade. É por meio desse documento curricular que há a possibilidade de reflexões e discussões sobre qual profissional que se deseja formar, constituindo a base para uma boa formação, pois a formação dos profissionais está diretamente vinculada à estrutura curricular de seus respectivos cursos de graduação.

Ao analisarmos ambas as estruturas curriculares, surpreendemo-nos de maneira positiva com as questões que são pautadas em ambos os currículos. Esses contemplam uma formação para a cidadania uma vez que respeitam e discutem questões importantes para uma vivência harmônica em sociedade coletiva. Educar para a cidadania é uma tarefa complexa e exige do professor um arcabouço e uma compreensão ampla sobre os temas e conceitos que auxiliam no exercício da cidadania ativa. Para além dos investimentos e reconhecimento dos docentes, é preciso focar também na formação para atuação crítica e consciente para ler e interpretar o mundo.

Por fim, tivemos as respostas e diálogos que embasaram, pós análise dos PPCs, a partir dos comentários dos discentes que estavam no último período de curso e que, posteriormente, atuaram em sala de aula. Foi possível conhecer as distintas realidades formativas que contribuirão com suas atuações a partir da temática cidadã. A Geografia deve-se apresentar como uma ferramenta que auxiliará o jovem educando no entendimento da sua realidade e na

busca por mudanças, podendo atuar politicamente na construção de uma sociedade mais justa, social e territorialmente. Assim, faz-se necessário começar a partir da formação inicial dos professores de Geografia, colaborando para um conhecimento transformador capaz de contribuir nas escolas e na promoção de práticas cidadãs.

AGRADECIMENTOS

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo suporte à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processo de ensinagem na universidade: pressupostos para estratégias de trabalho em aula**. 10. ed. Joinville, SC: Univille, 2012.
- ANDREIS, A; COPATTI, C. Políticas públicas educacionais no Brasil e a perspectiva cidadã: da constituição de 1988 à atual conjuntura. In: TREVISAN, A. L; TOMAZETTI, E. M; ROSATTO, N. D. **Biopolítica, barbárie e formação humana**. Santa Maria, RS: Focos; UFSM, 2021. p. 24-229.
- BRAGA, F. S. **A cidadania territorial na formação inicial de professores de Geografia em universidades portuguesas e brasileiras**. 2018, 314 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35140>. Acesso em 17 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: n. 248, 23 de dezembro, 1996.
- CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001.
- CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educar para a formação cidadã na escola. In: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2014. **Anais XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: el control del espacio y los espacios de control**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014, p. 17. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Helena%20Copetti%20Callai.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.
- CALLAI, H. C. A questão da cidadania nas séries iniciais. In: CALLAI, H. C.; TOSO, C. E. I. (Org.). **Diálogos com professores: cidadania e práticas educativas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.
- CALLAI, H. C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 70, p. 9-30, 2018.
- CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educação geográfica, cidadania e cidade. **Acta Geográfica**, p. 82-100, 2018.
- CAVALCANTI, L. S. Ensino de Geografia e diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuições de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, S. (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 66-96.
- CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2008.
- CAVALCANTI, L. S. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: **Anais do Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais, I**. Belo Horizonte: SeNa, 2010.
- CAVALCANTI, L. S. C.; SOUZA; V. C. A formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 28, n. 496, p. 1-17, dic. 2014.

CAVALCANTI, L. S. Para onde estão indo as investigações sobre o ensino de Geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, Goiânia: set/dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v36i3.44546>. Acesso em 3 dez. 2019.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020.

CERQUEIRA-NETO, S. P. G. Epistemologias do Sul e a nova Geografia: por uma Geografia Popular no encontro entre Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 68–88, 2018. DOI: 10.21680/1982-5560.2017v18n1ID13957. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/13957>. Acesso em: 6 jun. 2023.

DE LA FUENTE, A. R. Contribuições do ensino de geografia na construção de cidadania. **Caminhos de Geografia**, 23(86), 189–204, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG23865842>. Acesso em 12 jul. 2021.

FARIAS, P. S. C. A geografia escolar crítica e a formação para a cidadania. **Revista GeoSertões**, v. 5, n. 10, p. 12-39, 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.

FREIRE, P. A educação na cidade. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FURTADO, M. G. A formação do cidadão conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2010. 147 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-13122010-160747/?lang=pt-br>. Acesso em: 2 out. 2023.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1997. p. 7-23.

LACHE, N. M. Pensar o espaço crítica e socialmente. Uma possibilidade de educação geográfica na escola. **Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos**, p. 111, 2012.

LAUERMANN, M. T. K. A educação pública como via efetiva para a construção da cidadania. In: COPATTI, C; ANDREIS, A. M; CALLAI, H. C. **Políticas educacionais, cidadania e educação escolar: múltiplas olhares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 346 p.

LEÃO, V. P. **A influência das diretrizes curriculares nacionais do Ministério da Educação e Cultura para a formação de professores de Geografia da educação básica em nível superior**. 2008. 121 p. Tese (Doutorado em Geografia e análise ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MAZZUOLI, V. O. Direitos humanos, cidadania e educação. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/2074>. Acesso em: 15 mai. 2022.

MORAES, A. C. R. **Geografia: uma breve história crítica**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2023.

MOREIRA, A. F. B. Os princípios norteadores de políticas e decisões curriculares. **Revista Brasileira De Política**

E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE, 28(1). 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol28n12012.36149>. Acesso em 25 fev. 2023

NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. **Educação geográfica e formação consciência espacial**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2013.

NERY, M. G. S.; SILVA, N. M. B. *In*: COSTA, G. B. A; ROCHA, G. S. (Orgs.). **Pesquisas e debates: reflexões em Ensino, Geografia e Educação**. Livro comemorativo dos 10 anos do GEPEGEO/UNEB. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 311 p.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, v. 1 n. 23 (2012): Jan/Jun. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/issue/view/283>. Acesso em 15 mai. 2022.

PINHEIRO, A. C.; ALMEIDA, D. L. R. Currículo e Formação de professores de Geografia na Paraíba. *In*: SILVA, A. B.; GUTIERRES, H. E. P.; GALVÃO, J. C. (Orgs.). **Paraíba 2 – Pluralidade e representações geográficas**. Campina Grande: EDUFPG, 2017. p. 15-32.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B.; **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, L. M. Os jovens em busca do direito à cidade: os espaços públicos em questão. *In*: PAULA, F. M. *et al.* (Orgs.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016, v. 1, p. 93-118.

ROCHA, G. O. R. A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 -1942). 1996. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996

RIBEIRO, M. L. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez., 2002.

RIBEIRO, M. L.; SILVA, F. O.; BRAGA, M. C. B.; MALTA, H. L. Por quais motivações estudantes escolhem a carreira profissional? **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 155-173, 2018. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/3903>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, L. A construção do currículo: seleção do conhecimento escolar. BRASIL. **Currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: MEC/SED, ano XIX, n. 1, abril, 2009.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176 p.

SANTOS, L. S. C.; SOUZA, V. C. Pensamento Geográfico no contexto da formação inicial do professor de Geografia: uma análise a partir da teoria histórico-cultural. *In*: CAVALCANTI, L. S.; PIRES, M. M. **Comunicações**, 2021, v. 1, p. 191-210.

SOARES, V. Projeto Vila-Bairro: impactos nas relações de gênero. *In*: **Governo Local e Desigualdades de Gênero**. Estudos apresentados pela FGV-EASP, Hewllett, Fundação Ford e AGENDE. São Paulo, 2002.

SILVA, J. A. **Comentário contextual à constituição**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, N. M. B. **Prática Pedagógicas dos Licenciandos do curso de Geografia: perspectiva do professor regente**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, 2015.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (*campus* de Porto Nacional). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura de Geografia**. Porto Nacional, 2013.

UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará). **Plano Pedagógico do Curso de Licenciatura de Geografia**, 2016.

VALLERIUS, D. M.; SANTOS, L. A. Avaliação da Educação Básica no Brasil e o trabalho docente: há tempos e espacialidades para uma Geografia cidadã?, 2018.

VALLERIUS, D. M.; SANTOS, L. A. (Org.); MOTA, H. G. (Org.). **Ensino de Geografia, Cidadania e Redes Colaborativas: Múltiplos Olhares**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022. v. 01. p. 374.

VEIGA, L. A.; FONSECA, L. R. O júri simulado como proposta didático-pedagógica para a formação inicial do professor de geografia na perspectiva da aprendizagem baseada em problemas (PBL). **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 153-171, mês. 2018. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125843>. Acesso em: 13 jun. 2024.

VLACH, V. R. F. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 1988. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia humana) - Universidade de São Paulo, 1988.

VLACH, V. R. F. O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004, p. 187-217.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992, 135 p.

VESENTINI, J. W. Realidades e perspectivas do ensino de Geografia no Brasil. In: VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004. p. 219-248.

WILHELM, M. F; SCHLOSSER, M. T. S. Evasão no curso de licenciatura em geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): indagações e complexidades. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, e41, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/37672/html#:~:text=Uma%20das%20raz%C3%B5es%20mais%20fortes,remuneradas%20ao%20desistirem%20do%20curso>. Acesso em: 21 mar. 2022.